



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 10\$00

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se referem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
A 3.ª séries . . .	Ano 2408
A 1.ª série . . .	908
A 2.ª série . . .	808
A 3.ª série . . .	808
Aviso: Número de duas páginas \$90; de mais de duas páginas \$80 por cada duas páginas	
Semestre	1808
	488
	488
	488
	488

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 25\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça e dos Cultos:

Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 13:063, que extingue um ofício de escrivão do juízo de direito da comarca de Figueira de Castelo Rodrigo.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 13:084 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Nun'Álvares — Revoga o decreto n.º 12:935.

Decreto n.º 13:085 — Constitui os quadros do pessoal dos 1.º e 2.º Semi-internatos — Revoga o decreto n.º 12:936.

Decreto n.º 13:086 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de D. Maria Pia — Revoga o decreto n.º 12:937.

Decreto n.º 13:087 — Constitui o quadro do pessoal da Escola Maternal do Alto do Pina — Revoga o decreto n.º 12:938.

Decreto n.º 13:088 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Velhos, em Campolide — Revoga o decreto n.º 12:939.

Decreto n.º 13:089 — Constitui o quadro do pessoal da Escola Profissional — Revoga o decreto n.º 12:940.

Decreto n.º 13:090 — Constitui o quadro do pessoal do Sanatório Marítimo do Dr. Afonso Costa — Revoga o decreto n.º 12:941.

Decreto n.º 13:091 — Constitui o quadro do pessoal do Pensamento da Rua da Rosa — Revoga o decreto n.º 12:942.

Decreto n.º 13:092 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Almirante Reis — Revoga o decreto n.º 12:943.

Decreto n.º 13:093 — Constitui o quadro do pessoal da Escola Maternal da Ajuda — Revoga o decreto n.º 12:944.

Decreto n.º 13:094 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Elias Garcia e anexo de Latino Coelho — Revoga o decreto n.º 12:945.

Decreto n.º 13:095 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de José Estêvão Coelho de Magalhães — Revoga o decreto n.º 12:946.

Decreto n.º 13:096 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Mendicidade de Lisboa — Revoga o decreto n.º 12:947.

Decreto n.º 13:097 — Constitui o quadro do pessoal do Asilo de Manuel Pinto da Fonseca — Revoga o decreto n.º 12:948.

Decreto n.º 13:098 — Autoriza o conselho de administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral a contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo para aquisição de terreno, construção de edifício próprio, instalação e aquisição de material para funcionamento do Instituto Português do Cancro e constituição de um centro regional de luta contra o cancro.

Ministério do Comércio e Comunicações:

Decreto n.º 13:099 — Rectifica o nome indicado no n.º 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 11:174 como o da proprietária do terreno onde se começou a construção do Bairro Social do Porto, a fim de ser paga a indemnização à referida proprietária.

Decreto n.º 13:100 — Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola de Cerâmica de António Augusto Gonçalves um mestre de pintura e de enformamento.

Ministério das Colónias:

Decreto n.º 13:101 — Concede à Companhia Colonial de Navegação subsídios destinados a saldar o débito da mesma Companhia aos Transportes Marítimos do Estado pela aquisição de navios e a regularizar a sua situação financeira — Determina a abertura dos respectivos créditos.

Decreto n.º 13:102 — Abre um crédito para despesas da província de Angola, nos termos da lei n.º 1:768.

Ministério da Instrução Pública:

Decreto n.º 13:103 — Determina que os concelhos de Almada, Barreiro, Sezimbra e Seixal constituam um círculo escolar com sede em Almada e que os concelhos de Loures e Sintra passem para o círculo escolar suburbano de Lisboa.

Decreto n.º 13:104 — Autoriza o Governo a contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo para conclusão e aquisição de edifícios, mobiliário, material didáctico e outras despesas para as Faculdades de Farmácia e Letras da Universidade do Porto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

Por ter saído com inexactidão, novamente se publica o artigo 3.º do decreto n.º 13:063, publicado no *Diário do Governo* n.º 20, 1.ª série, de 25 de Janeiro de 1927:

Artigo 3.º Será provido na primeira vaga de oficial de diligências que se der em qualquer dos dois ofícios que ficam existindo o actual oficial do ofício extinto, se ainda então estiver ao serviço, sem prejuízo dos direitos adquiridos, ao tempo dessa vaga, por oficiais de diligências substitutos.

Ministério da Justiça e dos Cultos, 28 de Janeiro de 1927. — O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Decreto n.º 13:084

Em conformidade com o disposto no decreto n.º 12:911, de 15 de Dezembro de 1926;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do ar-

tigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quadro do pessoal administrativo e pedagógico do Asilo Nun'Alvâres terá a seguinte composição:

Pessoal vitalício e contratado:

	Vencimento melhorado líquido mensal
1 Director	1.507\$50
1 Primeiro oficial	1.026\$56
2 Segundos oficiais	a 739\$50
3 Terceiros oficiais	a 628\$50
26 Professores de ensino primário geral	a 644\$00
3 Professores de trabalhos práticos em cartão cartolina e papel . . . a	644\$00
3 Professores de desenho e modelação	a 644\$00
3 Professores de trabalhos práticos em madeira	a 644\$00
3 Professores de trabalhos práticos em arame, fôlha de Flandres, cobre e ferro.	a 644\$00
2 Professores de trabalhos práticos em cordel, corda, fio de linho, algodão, ráfia, juta, palha e vêrga a	644\$00
1 Professor de educação física	644\$00
2 Ajudantes de educação física a	587\$50
1 Professor de música e canto coral a	644\$00
1 Fiscal	739\$50
1 Auxiliar de fiscal	587\$50
1 Ecónomo	739\$50
1 Auxiliar do ecónomo	587\$50
1 Despenseiro	587\$50
2 Médicos	644\$00
1 Médico oftalmologista	644\$00
1 Médico radiologista	644\$00
1 Enfermeira	628\$50
2 Ajudantes de enfermeira a	587\$50
1 Roupeira	587\$50
1 Ajudante de roupeira	512\$00
1 Cozinheiro	541\$00
20 Vigilantes (preceptoras) a	628\$50
1 Vigilante (prefeito)	628\$50

Pessoal assalariado:

5 Guardas.	a 512\$00
14 Serventes de 1.ª classe a	512\$00
16 Serventes de 2.ª classe a	360\$00
14 Criadas	a 150\$00

Anexo de Alcântara

Pessoal contratado:

1 Vigilante encarregada	644\$00
2 Vigilantes	a 628\$50
2 Professoras	a 644\$00

Pessoal assalariado:

2 Criadas	a 140\$00
---------------------	-----------

§ 1.º O conselho administrativo será composto do director, o primeiro oficial como vogal relator e um segundo oficial secretário tesoureiro. O primeiro oficial substitui o director nos seus impedimentos.

§ 2.º Para as três primeiras classes de ensino primário serão contratadas professoras; para as duas últimas professoras. Transitóriamente, até o fim do actual ano lectivo, não havendo alunos das últimas classes poderão

ficar fazendo serviço nas primeiras classes os professores que à data d'este decreto ali estejam colocados.

§ 3.º Um dos professores terá a função de director de estudos, pelo que receberá uma gratificação de 30\$ mensais.

§ 4.º O pessoal que tiver alimentação fornecida pelo Asilo descontará 30 por cento na melhoria mensal do seu vencimento.

§ 5.º Os contratos do pessoal que tiver de ser contratado serão feitos pelo conselho de administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor, revoga a legislação em contrário e em especial o decreto n.º 12:935, de 16 de Dezembro de 1926.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 26 de Janeiro de 1927. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Jodo José Sinel de Cordes.*

Decreto n.º 13:085

Em conformidade com o disposto no decreto n.º 12:911, de 15 de Dezembro de 1926;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os quadros do pessoal administrativo e pedagógico dos 1.º e 2.º Semi-internatos terão a seguinte composição:

Vencimento
melhorado
líquido mensal

1.º Semi-internato

Pessoal vitalício e contratado:

1 Regente	739\$50
2 Vigilantes	a 512\$00
1 Cozinheira	260\$00

Assalariados:

3 Professores de ensino primário. . . a	644\$00
2 Criadas	a 140\$00

2.º Semi-internato

Pessoal vitalício e contratado:

1 Regente	739\$50
2 Vigilantes	a 512\$00
1 Cozinheira	260\$00

Assalariados:

3 Professores de ensino primário. . . a	644\$00
2 Criadas	a 140\$00

§ 1.º Em cada um dos semi-internatos uma das vigilantes desempenhará as funções de secretário tesoureiro.

§ 2.º Os contratos do pessoal que tiver de ser contratado serão feitos pelo conselho de administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

§ 3.º O pessoal que tiver alimentação fornecida pelos semi-internatos descontará 30 por cento na melhoria mensal do seu vencimento, sendo ressalvados os direitos à criada do antigo quadro, que continuará a receber, líquido de descontos, incluindo os 30 por cento para alimentação, 265\$70, e acumulará com as funções de ajudante de cozinheira.